

Uso de medicamentos por crianças de escolas públicas de um município da Zona da Mata mineira

Maria Mácia do Socorro ROMÃO, macia_romao@hotmail.com¹; **Thomas Rodrigues TOLEDO**¹; **Adriana de Freitas SOARES**²

1. Acadêmicos do curso de Farmácia da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG.
2. Mestre em Ensino de Ciências da Saúde pelo Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI); professora na FAMINAS, Muriaé, MG.

Artigo protocolado em 30 jun. 2014 e aprovado em 08 ago. 2014.

RESUMO: Participaram do estudo 187 crianças, cujos responsáveis responderam um questionário sobre o uso de medicamentos. Como resultado, 79,9% afirmaram ter administrado algum medicamento, sendo que os mais utilizados foram os antiinflamatórios e os antibióticos. Pode-se perceber que 85% fizeram seu uso através de receituário médico, mostrando que existe acesso aos serviços de saúde.

Palavras-chave: medicamentos, crianças, automedicação.

ABSTRACT: Drug use by children in public schools in a city in Zona da Mata of Minas Gerais. The study included 187 children, whose guardians answered a questionnaire about the use of medications. As a result, 79.9% claimed to have

administered some medicine, and the most used were anti-inflammatories and antibiotics. It can be seen that 85% of them made their use by medical prescription, showing that there is access to health services.

Keywords: drugs, children, self-medication.

RESUMEN: El uso de drogas por los niños en las escuelas públicas en una ciudad en la Zona da Mata de Minas Gerais. El estudio incluyó a 187 niños, cuyos tutores respondieron a un cuestionario sobre el uso de medicamentos. Como resultado, 79,9% afirmó haber administrado una medicina, y los más utilizados fueron anti-inflamatorios y antibióticos. Se puede observar que 85% de ellos hicieron su uso por prescripción médica, lo que demuestra que no hay acceso a servicios de salud.

Palabras clave: drogas, niños, automedicación.

Introdução

Um dos instrumentos terapêuticos de maior importância no processo saúde/doença são os medicamentos. Eles possuem grande valor no tratamento de doenças, aumentam a sobrevida e melhoram a qualidade de vida (DAL PIZZOL et al., 2012). Embora os benefícios se sobreponham, é importante ressaltar que os medicamentos podem também produzir efeitos tóxicos na mesma proporção, sendo necessário avaliar as consequências de seu uso também sob esta perspectiva (CORDEIRO; LEITE, 2008).

A automedicação é um hábito presente na população brasileira, pelo menos 35% dos medicamentos adquiridos no Brasil são feitos sem receituário médico e cerca de 80 milhões de pessoas praticam a automedicação. Dentre os fatores que favorecem esta prática, estão incluídos a má qualidade de oferta de fármacos, o não cumprimento da obrigatoriedade da receita médica e a carência de informações e instrução da população em geral (BARROS, 1995; SILVA; CATRIB; MATOS, 2011). Segundo informações do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, desde 1996, os medicamentos ocupam a primeira posição entre os três principais agentes causadores de intoxicações em seres humanos (BRASIL, 2009).

O grupo que está mais propenso ao uso irracional de medicamentos e suas consequências, com e sem controle médico, é o das crianças (PEREIRA et

al., 2007). Este fato é alarmante, uma vez que as crianças são mais suscetíveis aos efeitos nocivos dos medicamentos, sobretudo pelo seu aspecto fisiológico, farmacocinético e farmacodinâmico, sendo que tais aspectos só irão se modificar ao longo do seu desenvolvimento (SANTOS; COELHO, 2004).

Este estudo, realizado com matriculados em escolas públicas de um município mineiro, avaliou a ministração racional de medicamentos nas crianças.

I – Metodologia

Trata-se de estudo transversal quantitativo e descritivo, realizado em quatro escolas públicas localizadas no município de Cataguases (MG), durante os meses de setembro e outubro de 2013.

Os dados obtidos foram coletados a partir da elaboração de uma entrevista-questionário composta por 20 questões, sendo 14 objetivas e seis subjetivas. Participaram do estudo 187 crianças com idade de sete a dez anos, cujos responsáveis aceitaram participar do estudo após o esclarecimento dos seus objetivos e da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. As perguntas tinham por finalidade avaliar a utilização de medicamentos pelas crianças, tangendo dados socioeconômicos e epidemiológicos.

II – Resultados e discussão

Os dados socioeconômicos das crianças e suas famílias foram os primeiros dados a serem coletados (Tabela 1). A amostra é constituída de 187 crianças com idades entre 7 a 10 anos de idade, prevalecendo a faixa de 10 anos (43,3%), sendo 109 meninas (58,3%) e 78 meninos (41,7%). Não existe uma discrepância relevante entre os sexos, como visto também em um estudo realizado por Carvalho (2008), em que 195 (47%) eram meninas e 218 (53%) meninos. Em uma pesquisa realizada na Alemanha, o mesmo fato também ocorreu, 4362 da amostra eram do sexo masculino (48,7%) e 4537 do sexo feminino (53,1%) (KNOPF et al., 2013).

Com relação ao grau de escolaridade e a renda das famílias das crianças participantes da pesquisa, 40,1% vivem com até um salário mínimo e possui apenas o ensino fundamental como grau de escolaridade. A renda da amostra deste estudo pode ser considerada baixa se comparada a outros estudos, fato justificado por serem crianças de escolas públicas. Em estudo semelhante, realizado por Carvalho (2008), encontrou-se uma média de três salários mínimos por família e Beckhauser (2010), uma média de dois salários mínimos.

TABELA 1 Aspectos socioeconômicos de crianças de escolas públicas da cidade de Cataguases (MG)

ASPECTOS ECONÔMICOS	N	%
Sexo		
Feminino	109	58,3
Masculino	78	41,7
Idade		
7 anos	38	20,3
8 anos	21	11,2
9 anos	47	25,2
10 anos	81	43,3
Renda familiar		
Até 1 salário mínimo	75	40,1
Mais de 1 e até 2 salários mínimos	52	27,8
Mais de 2 e até 3 salários mínimos	32	17,1
Mais de 3 e até 4 salários mínimos	15	8,1
Mais de 4 salários mínimos	13	6,9
Grau de escolaridade dos pais (ou responsáveis)		
Analfabeto	4	2,2
Ensino fundamental	124	66,3
Ensino médio	53	28,3
Ensino superior	6	3,2

N = 187 crianças

Quando questionados sobre o uso de medicamentos pelas crianças no último ano (Tabela 2), 79,9% afirmaram ter administrado algum medicamento neste período e 35,1% relataram que foram mais de três tipos de medicamentos diferentes. Grande parte dos medicamentos foi administrada pela mãe da criança (45,5%) e foi realizada através de prescrição médica (85%). O número de crianças que fez uso de algum medicamento também foi alto no estudo realizado por Moraes (2013), em que 52,0% das crianças consumiram algum medicamento. Neste mesmo estudo, a média de medicamentos por criança chegou a quase dois medicamentos, enquanto no presente estudo mais de 50% dos entrevistados fizeram o uso de mais de três medicamentos.

Foi questionado, ainda, aos participantes da pesquisa sobre as consultas médicas realizadas no período da pesquisa e 160 entrevistados responderam positivamente. Não houve grande diferença no tipo de serviço utilizado, público (56,9%) ou privado (46,1%), e 73,7% das crianças realizaram a consulta com o médico especialista (pediatra). Este fato, somado ao achado de que 85% das crianças usaram medicamento sob prescrição médica, mostra algo que não era esperado em estudos realizados com a classe em questão: apesar da baixa renda, existe acesso das crianças deste estudo aos serviços de saúde, mesmo havendo relatos de que o acesso é um dos fatores com pior avaliação destes serviços (REIS et al., 2013).

Logo em seguida, buscou-se identificar que tipos de medicamentos foram utilizados neste período pelas crianças e, para tal, os medicamentos foram divididos em dois grupos: os usados sem receituário médico e os com receituário médico. Os medicamentos mais utilizados sem prescrição médica (Gráfico 1) foram os da classe dos antiinflamatórios (61,7%). Os antiinflamatórios estão entre os medicamentos mais utilizados em crianças, com ou sem prescrição médica (BRICKS, 2000). Embora a maioria desses medicamentos seja de venda livre, existem muitos relatos de intoxicação pelos mesmos, sobretudo com as dosagens exageradas que os responsáveis pela criança podem administrar (BRICKS, 2000).

Dos medicamentos utilizados com receituário médico, representados no Gráfico 2, as classes mais utilizadas foram antibióticos (26,5%) e antialérgicos (20,5%). Sobre a maior dispensação de antibióticos, é possível encontrar o mesmo resultado em um estudo realizado na Bahia, o percentual médio de prescrições de antibióticos foi de 51,5% (ANDRADE et al., 2010). Este fato é comprovado uma vez que as doenças infecciosas bacterianas estão entre as mais comuns em crianças e que os antibióticos integram grande parte das prescrições ambulatoriais (OLIVEIRA et al., 2010). Oliveira (2010) também constatou em seu estudo que os antibióticos foram prescritos juntamente com antialérgicos em 58,9% dos receituários. Antibióticos são medicamentos de

TABELA 2 Uso de medicamentos por crianças de escolas públicas da cidade de Cataguases (MG)

USO DE MEDICAMENTOS	N	%
Uso de medicamento pela criança no último ano		
Sim	148	79,6
Não	39	20,4
Número de medicamentos utilizados*		
1	38	25,7
2	39	26,4
3	19	12,8
Mais de 3	52	35,1
Responsável pela administração do medicamentos à criança		
Pai	32	17,1
Mãe	85	45,5
Irmão	31	16,6
Avós	32	17,1
Tios	7	3,7
Medicamentos utilizados com prescrição médica		
Sim	159	85,0
Não	28	15,0
Consulta em serviços de saúde: **		
Público	91	56,9
Privado	69	43,1
Especialidade médica: **		
Pediatra	118	73,7
Clínico geral	30	18,8
Outra especialidade	12	7,5

N = 187 crianças

*N = 148 crianças

**N = 160 crianças

GRÁFICO 1 Classes medicamentosas mais utilizadas sem prescrição médica por crianças de escolas públicas de Cataguases (MG)

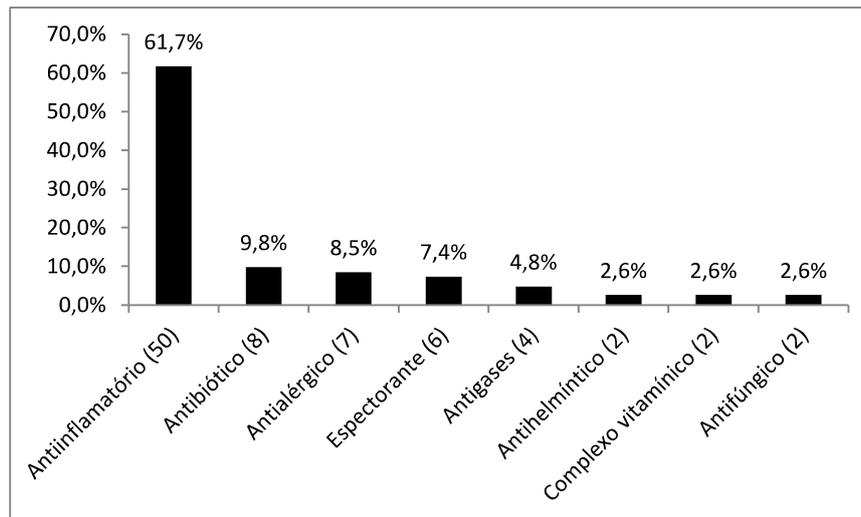
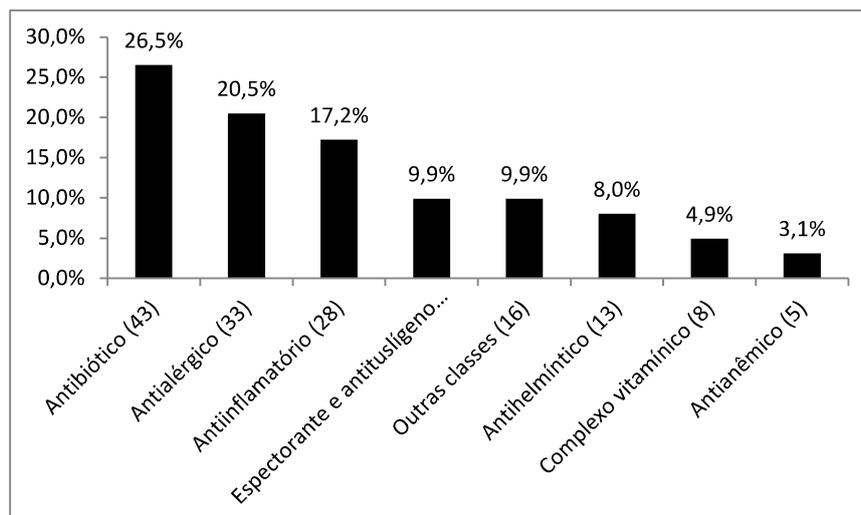


GRÁFICO 2 Classes medicamentosas mais utilizadas com prescrição médica por crianças de escolas públicas de Cataguases (MG)



uso controlado e o tratamento deve ser seguido à risca do receituário. Estudos mostram que estes receituários são considerados ilegíveis em 97% dos casos, fato que pode levar a um tratamento inadequado e prejudicial para a criança (OLIVEIRA; DESTEFANI, 2011).

Quando questionados sobre a ocorrência de efeitos indesejados dos medicamentos nas crianças após a administração dos medicamentos, 95% afirmaram não ter percebido tais efeitos. Embora existam registros que afirmem que as crianças são as maiores vítimas de intoxicação provocadas por medicamentos (BRASIL, 2009), neste estudo, a quase ausência na observação de tais sintomas pode ser justificada pelo fato de que 85% das administrações de medicamentos ocorreram sob prescrição médica e 73,7% destas prescrições foram feitas pelo especialista, no caso pediatra, conforme Tabela 2.

III – Considerações finais

Neste estudo, pode-se constatar a responsabilidade familiar na administração de medicamentos nas crianças. Embora a renda per capita dos responsáveis participantes da pesquisa seja baixa e o grau de instrução básico, tais fatos não contribuíram para uso abusivo ou irracional de medicamentos, uma vez que 85% dos entrevistados medicaram suas crianças com prescrição médica e, destes, 73,7% foram medicados por especialista, ressaltando que em 95% das crianças não foram constatados efeitos indesejados causados por medicamentos.

Referências

ANDRADE, K. V. F et al. Indicadores do uso de medicamentos na atenção pediátrica em Feira de Santana (BA). **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, BA, v. 34, n. 2, s/m. 2010.

BARROS, J. A. C. **Propaganda de medicamentos**: atentado à saúde? São Paulo: Hucitec/Sobravime, 1995.

BECKHAUSER, G. C. et al. Utilização de medicamentos na pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 28, n. 3, set. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX). **Registro de intoxicações**. Dados nacionais. Casos registrados de intoxicação e/ou envenenamento. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRICKS, L. F. Uso de antiinflamatórios não hormonais em crianças com doenças virais vs. risco potencial de síndrome de Reye e doenças invasivas

graves pelo Streptococcus do grupo A. **Jornal de Pediatria**, São Paulo, v. 22, n. 3, maio/jun. 2000.

CARVALHO, D. C. et al. Uso de medicamentos em crianças de zero a seis anos matriculadas em creches de Tubarão, Santa Catarina. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 26, n. 3, set. 2008.

CORDEIRO, Benedito C.; LEITE, Silvana N. **O farmacêutico na atenção à saúde**. 2. ed. Itajaí: Univali, 2008.

DAL PIZZOL, T. S. et al. Uso de medicamentos entre idosos residentes em áreas urbanas e rurais de município no Sul do Brasil: um estudo de base populacional. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 28, n. 1, jan. 2012.

KNOFF, H. et al. Off-label medicine use in children and adolescents: results of a population-based study in Germany. **BMC Public Health**, 2013. Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/1471-2458/13/631>>. Acesso em: nov. 2013.

MORAES, C. G. et al. Utilização de medicamentos entre crianças de zero a seis anos: um estudo de base populacional no sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n.12, dez. 2013.

PEREIRA, F. S. V. T.; BUCARETCHI, F.; STEPHAN, C.; CORDEIRO, R. Automedicação em crianças e adolescentes. **Jornal of Pediatrics**, v. 83, n. 5, 2007. Disponível em: <<http://www.jpeds.com/aims>>. Acesso em: nov. 2013.

REIS, Regimarina Soares et al. Acesso e utilização dos serviços na Estratégia Saúde da Família na perspectiva dos gestores, profissionais e usuários. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, nov. 2013.

SANTOS, D. B.; COELHO, H. L. L. Reações adversas a medicamentos em pediatria: uma revisão sistemática de estudos prospectivos. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 4, n. 4, nov./dez. 2004

SILVA, I. M.; CATRIB, A. M. F.; MATOS, V. C. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, suppl. 1, dez. 2011.